



REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE HISTÓRIA.COM UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO DOMINAÇÃO SIMBÓLICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE MUQUI – ES.

André Luiz Schuckert*

Anny Barcelos Mazioli**

Arthur Antônio Soares de Oliveira***

Resumo

O patrimônio é uma das formas de difusão da cultura e memória na sociedade. A partir disso, nos propusemos a analisar a relação da cidade de Muqui, no Espírito Santo, com as construções do período da pujança do ciclo do café no local. Para isso, procuramos expor o que já foi produzido sobre o tema, incluindo o caso análogo da cidade de Goiás. Também utilizamo-nos de conceitos da psicologia social para melhor entender o processo de transmissão da memória. Utilizamos como principal fonte de análise entrevistas feitas na cidade de Muqui. Concluimos que o patrimônio histórico enquanto capital simbólico é passível de ser apropriado pela elite para perpetuar a dominação simbólica e a imposição de uma memória única à coletividade.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Preservação. Transmissão e dominação.

UM POUCO DA HISTÓRIA DE MUQUI...

Após o ciclo do ouro, o ciclo do café trouxe uma nova fase econômica que possibilitou a ascensão de novas cidades no cenário nacional. No Espírito Santo, em particular, a expansão da cultura cafeeira possibilitou a criação de nichos de desenvolvimento, principalmente na região sul do estado.

Um destes núcleos de desenvolvimento foi a cidade de Muqui, que hoje abriga um extenso sítio histórico e foi o crescimento econômico oriundo principalmente da atividade

* Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: alschuckert@yahoo.com

** Licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo: E-mail: anny.mazioli@hotmail.com

*** Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: arthur.osoares@gmail.com

cafeeira que permitiu a formação deste importante sítio. O ano de 1850 é tido como o início

do desbravamento da região, quando várias famílias aristocratas vindas do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e também do Vale do Paraíba assentaram-se na região.

O primeiro colonizador foi José Pinheiro de Souza Werneck. Rico fazendeiro proveniente do Rio de Janeiro, José Werneck adquiriu uma extensa faixa de terra e instalou-se na região com toda a sua família e com ele vieram também os seus escravos. Seguindo os passos de Werneck, chegaram na região outras levas de ricos proprietários que foram atraídos principalmente pela terra fértil e propícia para o desenvolvimento de plantações de café em larga escala¹.

Estes colonizadores fundaram às margens do ribeirão Muqui, um pequeno povoado que foi chamado de Arraial dos Lagartos. A produção cafeeira se desenvolveu, e, em 1901, foi construída a estrada de ferro Leopoldina, seguida da instalação da estação ferroviária da cidade.

Em 1902, o Arraial dos Lagartos passou a denominar-se São João do Muqui e foi desmembrada do município de Cachoeiro do Itapemirim em 1911². A cidade experimentou um forte desenvolvimento a partir de 1912, e neste período começaram a surgir na cidade os primeiros palacetes e construções. A vida nas fazendas era composta por duas vertentes. De um lado, a ostentação, passeios a cavalo, festas de noivado, de casamento, de batismos, de aniversários, visitas ilustres. De outro, o trabalho. O trabalho sem cessar, noite e dia, a labuta de muitos para a construção da riqueza dos barões do café.

Com a prosperidade, as ricas famílias muquienses foram pródigas na elaboração de uma vida cultural e social intensa e bastante movimentada. Eram constantes as apresentações de grandes companhias teatrais. No auge do seu desenvolvimento a cidade possuía três jornais de publicação diária (O Cury, Libertador e A Mocidade), dois cinemas e também o Centro Cívico Municipal, onde se organizavam grandes bailes de gala. Os salões das sedes das fazendas eram muito grandes e ricamente decorados. Tudo vinha da Europa: finas porcelanas pratarias, tapeçarias, móveis e cristais. Os salões eram palco para as inovações que os moldes estrangeiros possibilitavam. Muqui foi uma das cidades mais

¹ MENDONÇA, Paulo Henriques de. *Muqui, cidade menina: 1850-1989*. [s.l.: s.n.], Vitória: Sagraf Informática, 1989.

² RAMBALDUCCI, Ney Costa. *Muqui: passado de glória, futuro de esperança*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1991.

prósperas do Espírito Santo, porém, com a crise de 1929, as exportações brasileiras de café sofreram um forte abalo e despencaram. Toda a economia muquiense estava baseada na lavoura do café e assim o ciclo de desenvolvimento da cidade teve o seu fim.

Durante as décadas de 40 e 50 do século XX a cidade experimentou um forte êxodo, rumo ao Rio de Janeiro e também para a capital Vitória. Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente durante as décadas de 50 e 60, houve um esforço por parte do governo do estado na tentativa de restaurar a cultura cafeeira na região, mas, mesmo com estas tentativas, a cidade não voltou a experimentar o mesmo grau de desenvolvimento da primeira metade do século XX.³ No entanto, o registro desse ciclo de desenvolvimento que foi experimentado pela cidade ainda está presente no seu sítio histórico e também na manutenção dos traços e manifestações culturais.

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; estas formas-objetos, tempo passado são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência. Por isso o tempo passado está morto como "tempo", não porém como "espaço", o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social p. 29.⁴

A cidade de Muqui conserva cerca de 200 imóveis com valor histórico e arquitetônico, incluindo casas, edifícios públicos, igrejas, palacetes e fazendas centenárias que conservam traços arquitetônicos do período em que foram construídas.

Além das construções no perímetro urbano da cidade, devemos ressaltar ainda a grande presença das antigas fazendas de café que hoje, juntamente com o sítio histórico localizado no centro do município constituem um pólo turístico do Espírito Santo. O tombamento do sítio histórico de Muqui se deu em três áreas, num total de 299 mil metros quadrados, e abrangeu quase toda a área urbana, principalmente a avenida central da cidade. Nela localizam-se os principais imóveis construídos na década de 20, que preservam a história do ciclo cafeeiro na região.

Também festejos populares são preservados pela comunidade local, especialmente as tradições da Folia de Reis e do Boi Pintadinho.

Em Muqui existe um grande envolvimento das instituições públicas governamentais e não-governamentais no sentido de preservar o patrimônio e cultivar a história e cultura

³ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

⁴ SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec. 1982.

locais. Pode-se ver também a participação da população local, incluindo os proprietários das fazendas históricas e como das casas no centro da cidade. A preservação desse patrimônio é utilizada como atrativo turístico na região, que hoje é importante propulsor da economia local.

A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E A TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA

Entendido o contexto histórico a qual está submetida a cidade de Muqui, apresentaremos algumas teorias acerca da constituição do patrimônio histórico. Debateremos sua importância para a sociedade a qual pertence, ressaltando a capacidade que ele tem de influenciar as relações entre a classe dominante e os demais. Em seguida, articularemos essas pesquisas com o caso particular da cidade.

A preservação do patrimônio histórico é de suma importância para a preservação da identidade, bem como para a compreensão das origens e formação de uma sociedade. Além disso, sua utilização poderá ser destinada ao uso político e econômico. Sob a visão de Delgado⁵, o tombamento faz as construções passarem a ser consagradas como testemunhas da história, concedendo-lhes função de suscitar a rememoração e a resignificação do passado. Em sua análise do caso de Goiás (GO), a autora coloca essa resignificação do passado como construção do futuro. O conjunto dos monumentos tombados forma uma narrativa material da história local, inserindo a memória na linguagem. Dessa forma, o patrimônio assume lugar de bem cultural e de importância histórica, a partir de sua inserção na rede discursiva, pois a linguagem lhe confere conteúdos para torná-lo símbolo da memória coletiva. A partir dessa inscrição discursiva, que dá importância e lugar ao patrimônio, o Estado passa a ser responsável “pela preservação e conservação das características que o tornam representativo do passado” para a população local.⁶

Delgado, em seu texto, procura ressaltar a formação do patrimônio local na cidade de Goiás como um processo de resignificação do passado e construção do futuro.⁷ O ato de tombamento do patrimônio, de acordo com a autora, o coloca na linguagem local como um símbolo da memória coletiva.

⁵ DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n.23, p. 113-144, 2005.

⁶ DELGADO, Andréa Ferreira, op. cit.

⁷ DELGADO, Andréa Ferreira, op. cit.

De acordo com Pierre Bordieu, a prática dessa construção simbólica, individual e coletiva, é uma ação de representação, que objetiva manifestar a força do grupo e sua coesão, porém, ao mesmo tempo são estratégias de apresentação de si mesmo (âmbito individual) e de sua posição no espaço social. Com base no texto de Delgado, depreende-se que a produção de memória social, e, portanto das cidades, atua como uma forma de dominação simbólica.

Isso também pode ser visto no texto de Adriano Bom Jesus, que coloca a mesma questão em evidência:

Uma breve observação dos bens arquitetônicos tombados permite essa constatação. Eles são geralmente igrejas, prédios que abrigaram ou ainda são repartições públicas, palacetes casarões e fortes militares. [...] o patrimônio [...] foi construído sobre os corpos espezinhados dos vencidos, que foram silenciados pela História oficial. O patrimônio integra o cortejo triunfante dos detentores do poder.⁸

O valor atribuído ao patrimônio e a adoção de determinada concepção de história (que na verdade é socialmente constituída) estabelece a identidade do lugar como se fosse constituinte da própria natureza dos moradores da cidade. Se faz uma história da dominação, ao passo que se ratifica a historiografia tradicional, focada na elite. Delgado sugere que a elite se apropria da cultura, costumes, monumentos e tradições locais para construir o capital simbólico do lugar.

[...] essas características nada têm de natural e são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer de um estado anterior da relação de força no campo das lutas pelo poder simbólico de produzir nesse espaço social “uma visão única da sua identidade, uma visão idêntica da sua unidade”.⁹

Portanto, a história do patrimônio é a história do sentido e da identidade. Além disso, deve-se pensá-lo como um espaço em que estão se desenvolvendo práticas sociais, com relações complexas entre indivíduos, políticas, e outros fatores.

Essas relações entre indivíduos carregam muitos elementos constituintes da transmissão da memória como mitos, lendas, contos, cantigas - são acontecimentos vividos e lembrados pelo grupo. Assim, registra-se essas experiências vividas que passam a constituir bens simbólicos orais ou materiais, que agem como um socializador nas atividades desenvolvidas pelo grupo por meio do patrimônio. Como podemos depreender da visão de Barreira: “Para além de um ideal de unidade, a cidade representa a conjunção

⁸ JESUS, Adriano Bom. Ensino-aprendizagem de História: contribuições do Patrimônio Cultural. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara. *Ensino de História, seus sujeitos e suas práticas*. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2006.

⁹ BORDIEU, Pierre *apud* DELGADO, Andréa Ferreira, op. cit.

de sociabilidades”¹⁰. Dessa forma, muitas vezes, o material acaba sendo um propagador e formador da tradição imaterial.

Para Ekleia Bosi, o registro do patrimônio imaterial é uma ação de tentar fazer com que a nação se reconheça como pertencente a esses locais, como algo que pertence a todos e a ninguém ao mesmo tempo¹¹. Busca-se preservar as memórias locais, a partir da patrimonialização que garante a continuidade desses saberes e enraíza as memórias de grupos:

[...] pode estar possibilitando a continuidade histórica desses saberes, modos de viver e fazer, que enquanto memórias dos grupos se enraizavam nos espaços a que pertenciam e nas relações afetivas que a mantinham. Como afirma Bosi (2003), ao falar da importância da coletividade no suporte da memória, nesse caso “fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida à nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado.”¹²

É preciso que a elaboração de políticas, ações ou eventos evoquem a memória a fim de provocar sentimentos e expectativas na sociedade local, pois dessa forma não se relega tão facilmente as memórias ao esquecimento, ou seja, a permanência da memória depende do quanto ela possui de impacto afetivo nos locais onde deve sobreviver¹³.

Podemos dizer que a memória é o resultado da interação entre lembranças dos indivíduos e de experiências em grupo e dos interesses estabelecidos em sua perpetuação, pois, de acordo com Lütke: “As representações pressupõem comunicação, decisão, ação. Permitem ao indivíduo inserir-se num grupo social e legitimar seus comportamentos. [...] efetivar suas próprias ideias, questionar, validar ou refutar determinadas visões de mundo.”¹⁴ Estabelece-se que a memória (e até mesmo o sujeito) é sempre formada e perpetuada a partir de uma mistura da relação entre o indivíduo e o grupo, ou seja, das memórias individuais e memórias coletivas:

a construção das memórias se constitui tanto do que se apreende das lembranças individuais e se transferiu para a esfera social quanto do que se ensaiou na esfera social e se reexportou para a memória individual. As lembranças individuais interferem diretamente sobre as memórias coletivas, mas estas memórias coletivas também interferem nas formas de viver, de ser e estar no mundo dos homens.¹⁵

¹⁰ BARREIRA, Irllys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. *Anál. Social* [online]. 2007, n.182, pp. 163-180.

¹¹ BOSI, Ekleia. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003.

¹² COSTA, M. L. da; VIEIRALVES, Ricardo de Castro. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. *Estudos de Psicologia* (UFRN), v. 3, p. 125-131, 2009.

¹³ BOSI, Ekleia, op. cit.

¹⁴ LÜTK, Gisele Santos. *Descobrir a cidade, cultivar a história, florescer a identidade: uma proposta em educação patrimonial*. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/425-4.pdf. Acesso em: 15 de Abril de 2013.

¹⁵ COSTA, M. L. da; VIEIRALVES, Ricardo de Castro, op. cit.

A memória local, portanto, se constrói a partir da interação entre o eu e o outro para formar “um nós” estabelecido e de identificação recíproca. As lembranças dos mais velhos, transmitidas por suas falas, trabalhos, contos e histórias tem o poder de conscientizar os mais jovens sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo e no cotidiano dessas comunidades. Assim serão capazes de detectar o que ainda vigora ou o que foi deixado para trás. É importante conhecer também o que esses jovens pensam sobre a localidade, como veem a realidade desse lugar, como recebem esses saberes transmitidos e perpetuam os hábitos daquela região. Todos os cidadãos locais devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o que se configura como parte de seu próprio passado, suas tradições e sua história, olhando a elaboração do passado como um meio de formar uma cultura coletiva e da sociedade como formadora de identidades. De acordo com Lütke, é a memória que faz com que os habitantes percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas lutas e experiências cotidianas.¹⁶ Uma aproximação com os jovens (produtos da formação da memória) pode nos levar a conhecer as formas de apropriação desses conhecimentos, bem como o significado desse aprendizado para os que serão guardiões futuros desses saberes.

De acordo com Jesus, há uma apropriação do material histórico para os fins de ensino-aprendizagem, e essa apropriação jamais deixa de ser um ato político cujos reflexos vão abranger questões como essa formação da identidade coletiva, da educação e da cidadania.¹⁷ Todavia, faz-se necessário questionar a constituição e a representatividade do patrimônio, “buscando lançar sobre ele novos olhares e a construção de novos significados.” A partir dessa construção político-ideológica da “história dos lugares” é que se formará a História da Nação, pois as tradições mais fortes dos locais formam um meio de “identidade nacional”.

Portanto, evidencia-se que essas construções históricas voltam-se para a invenção de um futuro, pois é preciso que haja uma preocupação subliminar em garantir o presente e projetá-lo em um devir, através da conscientização dos indivíduos dos conflitos históricos que formam o tempo vivido e que devem ser encarados para a formação de um novo futuro. Como afirma Ekleia Bosi, é “do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidade”.¹⁸

¹⁶ LÜTK, Gisele Santos, op. cit.

¹⁷ JESUS, Adriano Bom, op. cit.

¹⁸ BOSI, Ekleia, op. cit.

A UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA EM MUQUI

Buscando entender a relação da cidade de Muqui com o seu patrimônio histórico e cultural, entrevistamos três pessoas: Ney Costa Rambalducci, professora aposentada e escritora; Pedro Mateíne, secretário de cultura e turismo de Muqui; e Priscila Pinheiro, professora de história da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador Dirceu Cardoso. Todas as entrevistas foram feitas no dia 15 de março de 2013 e a transcrição das mesmas, bem como o projeto *Muqui: 100 anos de história, de tradições e de cultura*, encontram-se anexos a esse artigo.

Nosso interesse nesses três indivíduos se deu pela sua relação com o patrimônio histórico de Muqui. Ney Costa Rambalducci é de família tradicional de Muqui, inclusive apresentando seus avôs como os “desbravadores da cidade”. Além disso, escreveu o livro *Muqui - Passado de Glória, Futuro de Esperança*. Também se apresenta como a iniciadora do processo de tombamento do patrimônio. Já Pedro Mateíne é o atual secretário de cultura e turismo de Muqui, sendo a Secretaria Municipal que diretamente se relaciona com o assunto estudado. Por fim, Priscila Pinheiro é uma professora de História que participou do projeto “Muqui: 100 anos de história, de tradições e de cultura”, realizado na escola estadual do município. Também utilizaremos esse projeto como material de análise.

As entrevistas sugerem que, em Muqui, o patrimônio histórico vem construir uma história oficial do município. Em processo análogo ao da cidade de Goiás, onde Delgado atribui à uma organização tradicional a construção e significação do passado¹⁹, temos em Muqui na figura de Ney essa mesma preocupação na construção oficial do passado, materializada em seu livro:

[...] coisa que eu sabia de Muqui primitivo, meus filhos já não sabiam, meus netos sabiam menos ainda. [...] você não encontrava a história de Muqui. Aí eu comecei a juntar um ‘cadinho’ daqui, um ‘cadinho’ de lá. Levei 10 anos, mais ou menos, colecionando fotos, jornais, e tudo que eu podia – é Muqui, eu colecionava. Até que um dia eu sentei e escrevi, pensando em fazer um livreto tipo daquele do IBGE. Quando foi meu espanto, estava esse livro, deste tamanho.²⁰

¹⁹ DELGADO, Andréa Ferreira, op. cit.

²⁰ Ney Costa Rambalducci, entrevista concedida a nós em 15 de março de 2013.

Quando indagada do porquê de escrever o livro, a resposta foi “por amor à Muqui. [...] Porque se você não escreve, se você não deixa gravado... o povo tem memória curta.”.²¹

Foi também ela que iniciou o processo de tombamento dos casarões, que hoje conta com 200 imóveis. E acrescenta: “O pessoal aqui fala: ‘você é a mãe do tombamento’. [...] Eu não fiz com essa intenção [...] mas fiquei satisfeita.”.²²

Mostra-se claramente o intuito de formar uma história oficial do município. Mesmo sob a justificativa de escrever por amor à cidade, o livro de Ney Rambalducci, publicado em 1991 e reeditado com atualizações em 2012, passou a ser a referência-mor da história da cidade.

Serve de referência também no ensino escolar, fonte importante de formação da memória. O projeto “Muqui: 100 anos de história, de tradições e de cultura” utiliza-o como única referência bibliográfica, e a própria Ney afirma que “Eu inclusive já fui a três escolas dar entrevista, levei o livro, mostrei, conversei com as crianças.”²³. Ainda no âmbito da escola, é possível perceber como se deu essa resignificação: “a importância do projeto foi realmente [a de] resgatar a memória, a cultura. Muitos alunos tinham um certo preconceito com a cultura do município, mas sem saber a história do município.”²⁴

Além do patrimônio histórico, outro ponto importante na construção da memória coletiva de Muqui são duas manifestações culturais: o Boi Pintadinho e a Folia de Reis. Diferentemente dos casarões, que representam a história da elite cafeeira e sua descendência, essas duas manifestações culturais são de caráter popular.

Isso não significa, porém, que o patrimônio cultural de Muqui seja usado para fornecer concepções diversas de história. As falas de Pedro Mateíne, em especial, indicam que tais eventos são incorporados à rede discursiva da cidade como elementos muito mais próximos ao turismo e economia, ao passo que as noções de cultura e memória são mais associadas ao patrimônio material.

Era muito simples. Nós tínhamos seis folias que faziam o roteiro [...] [desde o dia] do Natal ao dia 6 de janeiro, que é o dia de Reis. Ali terminava, fazia o encontrozinho de cinco, seis folias, mas não existia a pujança que tem hoje [...] e era só do município, hoje é o estado, os estados vizinhos vem para cá. [...] antes

²¹ Ney Costa Rambalducci, op. cit.

²² Ney Costa Rambalducci, op. cit.

²³ Ney Costa Rambalducci, op. cit.

²⁴ Priscila Pinheiro, entrevista concedida a nós em 15 de março de 2013.

[...] ninguém percebia. Existia aqui e ninguém sabia que tinha, era só eles. Eles cantavam mas não era divulgado como é hoje.²⁵

Apesar da ressalva de que “Hoje houve um entrelaço entre o sítio histórico e a folia de reis, que também é história.”²⁶, a fala do secretário deixa bem claro que a preocupação com a manifestação cultural de origem popular não objetiva o resgate da cultura e memória das camadas populares.

É por isso que os alunos da professora Priscila dizem que “Ah, Muqui não tem nada, Muqui é um lugar feio, Muqui só tem Boi Pintadinho, só tem Folia.”²⁷. A solução foi buscar o valor da cidade no patrimônio histórico material dos casarões da elite cafeeira, representando a glória de outros tempos. A outra solução seria uma ressignificação das tradições da Folia de Reis e Boi Pintadinho, buscando valorizar a cultura popular, dos marginalizados – e isso foi totalmente ignorado.

É importante ressaltar que a problematização aqui não se dá na transmissão da memória, dos signos e os significados a eles atribuídos. O cerne da questão de Muqui é que uma única e hegemônica versão da memória e dos signos e seus significados estão sendo difundidos para toda a comunidade²⁸. Assim, uma memória então individual (ou, no máximo, de um grupo restrito) vem se impondo cada vez mais como a memória coletiva da cidade, com apoio de duas instituições importantes: escola e prefeitura.

Foi através da construção da História oficial da cidade, feita com o tombamento do patrimônio histórico, publicação de livro e trabalhos realizados nas escolas que se conseguiu a ressignificação do passado em Muqui. Essa ressignificação se deu a partir do olhar de uma representante da elite – Ney Rambalducci – e desde a década de 1990 vem se incorporando à memória coletiva da cidade. Os casarios (patrimônio material), a Folia de Reis e o Boi Pintadinho (patrimônios imateriais) são incorporados à rede discursiva da cultura local. Seus meios de propagação são, entre outros: o livro de Ney Rambalducci, utilizado “não só [nas escolas] do município, como [também nas] de municípios vizinhos”²⁹; o trabalho das escolas, especialmente nas disciplinas de História e Geografia; os festivais culturais promovidos pelo poder público local, como o FECIM (Festival de Cinema Independente de Muqui).

²⁵ Pedro Matteini, entrevista concedida a nós em 15 de março de 2013

²⁶ Pedro Matteini, op. cit.

²⁷ Priscila Pinheiro, op. cit.

²⁸ DELGADO, Andréa Ferreira, op. cit.

²⁹ Pedro Matteini, op. cit.

É curioso que a última fala da professora em nossa entrevista tenha sido exatamente essa: “Mas a gente não vive só do passado, a gente vive de presente e principalmente do futuro.”³⁰. Ela evidencia e sumariza toda a importância da apropriação e ressignificação do passado, etapa essencial para moldar, em todos os aspectos, o presente e futuro da cidade.

CONCLUSÃO

Após analisarmos as teorias propostas e o caso da cidade de Muqui, percebemos que, consciente ou inconscientemente, o patrimônio histórico é usado como elemento de dominação discursiva. Diante disso, podemos nos perguntar se, afinal, o trabalho pioneiro de preservação do patrimônio iniciado por Ney Rambalducci é efetivamente uma tentativa de perpetuação da elite local. Embora achamos pouco provável ter sido uma ação consciente, suas ações como vanguarda da elite muquiense acabaram por reforçar a memória da elite, representada na figura dos casarios e fazendas – centro da narrativa histórica vigente.

Há de se considerar que hoje a cidade vislumbra seu futuro diretamente atrelado à exploração turístico-econômica do patrimônio preservado. Assim, independentemente do valor a ele atribuído, faz-se mister para a cidade a continuação de tal política, em que pese as considerações debatidas ao longo desse texto.

³⁰ Priscila Pinheiro, op. cit.